

Ata da Reunião Ordinária de 1 30 de junho de 2005

2 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

3

4 Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, com início às oito horas e trinta minutos

5 realizou-se a reunião extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -

6 CMDCA - no auditório, da sede da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI) - sito a rua

7 Alberto Stein, 486 sob a coordenação da Vice Eva Salet Mendes Johann, representante da Pastoral da

8 Criança com a presença Andréa Heidemann e Karin Z. Gouvêa da Costa representando a Secretaria

9 Municipal de Assistência Social - SEMAS; Edna E.E. Gonçalves e Daniela Domingues P. Nunes,

10 representando a Associação Assistencial Lar Betânia; Neiva de Assis e Leila P. Vieira Nagel,

11 representando a Associação de Voluntários de São Roque - AVSR; Umberto de Campos, representando o

12 Centro de Educação Amiguinho Feliz - CEAF; Dora Neves Moritz e Mariza Farias Hoeppers, representando

13 o Lions Clube de Blumenau Garcia - LCBG; Alexandre Farias, representando a Fundação Cultural de

14 Blumenau; Darci Holler e Sônia Regina de Souza, representando a Associação Blumenauense de Amparo

15 aos Menores - ABAM; Karine L. Gregório, Lourdes Z. Cenci e Odete Baltazar representando o Conselho

16 Tutelar Centro; Alfredo Scottini e Flávia N. Barron da Secretaria Municipal de Desenvolvimento

17 Econômico; Marli Haertel da Cruz Azul no Brasil; Osvaldo C. Filho do CERENE; Silene AP. da Cruz

18 representando o Conselho Municipal de Assistência Social; Mario Hildebrandt, secretario Municipal da

19 Secretaria de Assistência Social da Criança e do Adolescente (SEMASCRI); Greyce Y. de Boni, Luciana

20 Schramm Correia e João C. Aversvaldt do Centro de Internamento Provisório (CIP); Dr. Gustavo Mereles

21 L. Díaz , Promotor Público de Justiça; Dr. Álvaro L. P. de Andrade, Juiz da Vara da Infância e

22 Juventude; Maria Emília de Souza, Câmara de vereadores; Maria Regina Cordini Golle, Rejane Wilwert,

23 Erica Lídia Schmitt, Perla Torrens, Zilma R. A. Vilaboin, Márcia G. Geisler, da Gerência de Gestão Social

24 - SEMASCRI; Maria Ap. P. M. de Oliveira, Diretora da Criança e do adolescente e Maria Aparecida Moraes,

25 Gerente dos Programas Sócio-educativos da SEMASCRI. A Vice-coordenadora Eva Salet Mendes Johann,

26 cumprimentou a todos e procedeu a leitura do edital de convocação nº 012/2005, o qual foi sugerido a

27 inserção da proposta de prorrogação do prazo para a entrega dos projetos referentes ao edital de

28 financiamento nº 01/05, a proposta foi aceita com seis votos a favor e duas abstenções, em seguida, foi

29 sugerido que todos se apresentassem para dar início a apresentação dos Programas Sócio-educativos. A

30 Diretora dos Programas da Criança e do Adolescente, Maria Ap. P. M. Oliveira, apresentou o

31 organograma da Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente (SEMASCRI), informando sobre as

32 funções de cada gerência. Na apresentação do Centro de Internamento Provisório (CIP), a diretora

33 coloca que atualmente o CIP está com onze adolescentes, sendo três aguardando medida e os outros já

34 com medidas de Internação. Após a apresentação a conselheira Maria Ap. Moraes, representando a

35 Gerência dos Programas Sócio-educativos, inicia a fala sobre a questão do CIP e sua complexidade,

36 lendo um texto sobre a população jovem, trazendo alguns dados nacionais, constatando-se que os

37 adolescentes mais morrem do que matam. Em seguida ela explica como o adolescente é inserido no CIP

38 e discorre sobre as medidas sócio-educativas e a composição da equipe de profissionais, apresentando

39 alguns dados estatísticos dos atendimentos efetuados entre 2001 a 2004, (em anexo). Ressaltou que os

40 adolescentes com medidas sócio-educativas vêm de um quadro de exclusão. O coordenador do CIP, João

Carlos Aversvaldt, explica que o CIP não é uma medida sócio-educativa é medida acautelatória, 41 a qual o

42 adolescente está no aguardo de uma medida, colocou que há no CIP três adolescentes com medida de

43 internação provisória e sete adolescentes com medida de internação, tendo adolescente, com um ano e

44 dois meses no CIP. Luciana Schramm, assistente social do CIP, fala sobre o espaço físico, o qual não

45 permite a efetivação de uma proposta política pedagógica. Há adolescentes que não têm perfil para

46 serem inseridos em atividades externas, mas os que apresentam perfil têm necessidade de serem

47 inseridos na comunidade incluindo-o em atividades sócio-educativas. João ressalta, que a proposta

48 pedagógica trabalhada não tem a lógica punitiva e sim educativa. O promotor de Justiça da Vara da

49 Infância e Juventude Gustavo Mereles Diaz, lembra de situações que ocorrem no CIP, como quando os

50 meninos chegam na instituição e são revistados. A assistente social Luciana pontua a questão das

51 grades. João continua a explanação colocando as ações que são tomadas, assim que o menino entra e

52 que em vinte quatro horas é passado informações ao Ministério Público. Greyce Y. de Boni, pedagoga do

53 CIP, faz referência ao trabalho realizado tendo como norte Paulo Freire, priorizando o diálogo e o

54 trabalho voltado para a família. O grupo de profissionais precisa estar seguro para romper as barreiras

55 das grades, não é com punição que se conseguirá uma mudança na vida do menino. Luciana fala que às

56 vezes é necessário fazer exame de corpo delito quando o adolescente chega trazido por policiais, a fim

57 de ver se não apresenta agressões físicas. João informa sobre a inclusão dos adolescentes no CEJA(

58 Centro de Alfabetização de Jovens e Adultos) e EJA(Educação para Jovens e Adultos - Programa

59 Municipal), quando os meninos saem para atividades externas são acompanhados por um educador. João

60 fala que através da Fundação Cultural estão sendo viabilizadas oficina de capoeira, malabares e outras

61 para os meninos no CIP e acrescenta também que para os serviços de saúde o CSU Fortaleza

62 disponibiliza um médico, que atende os meninos uma vez por semana nas dependências do CIP, os

63 profissionais da saúde estão colocando as vacinas dos meninos em dia. Em relação ao atendimento no

64 CAPSI, este está em processo de discussão com a Gerência, bem como a situação do atendimento aos

65 meninos usuários de substâncias psico-ativas. O Sr. Mario Hildebrandt, Secretário Municipal de

66 Assistência Social, informa sobre a possibilidade de um convênio com as Comunidades Terapêuticas para

67 atender esta demanda, fala ainda, que em relação à manutenção e adequação da estrutura física o

68 Estado não repassa verba desde abril de 2004, sendo que o Estado está cobrando atividades do

69 Município, mas este não tem a estrutura física adequada, assim o Município não irá assinar o convênio,

70 pois a estrutura que existe é contraditória com a proposta. O secretário informa sobre a reunião que os

71 gestores municipais tiveram com o Estado sobre o convênio, sendo que o Município continuaria

72 administrar o CIP e o Semi Liberdade, se o Estado construísse uma nova estrutura física, informa que o

73 Município concedeu um prazo de trinta dias para esta adequação, e o Estado enviou correspondência

74 pedindo um prazo de mais sessenta dias para que se tomassem as devidas providências. Em relação à

75 visita realizada no CIP, devido ao chamamento do Promotor, coloca que será elaborado um relatório

76 sobre a situação. Relatou a ida à Brasília e a conversa com o subsecretário da Secretária de Defesa dos

77 Direitos Humanos, onde tomou conhecimento sobre a proposta do CONANDA que coloca sobre a

78 responsabilidade de execução dos programas CIP e Semi Liberdade como sendo do Estado, e informa

79 que nos próximos dias está para sair uma Lei Nacional que trata sobre as diretrizes. Conforme Mario a

80 reunião com o Promotor Público e o Prefeito, o Município apresentaria uma proposta para o Estado, mas

diante da possibilidade desta Lei sair, o Município aguardaria o prazo solicitado pelo 81 Estado.

Dr. Gustavo

82 questionou sobre os encaminhamentos da reunião mencionada, pois o Município ficou de enviar para o

83 Estado as reivindicações do Município para a reestruturação do CIP. Dr. Alvaro, Juiz da Vara da Infância

84 e Adolescência, questiona sobre a proposta de Lei mencionada, pois esta terá que passar por todo um

85 trâmite legal, sendo que a Lei atual, baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente, é clara quanto à

86 municipalização do serviço de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Dr. Gustavo, indaga

87 ao secretário sobre o que foi acordado na reunião, e que as reivindicações levantadas pelo Município,

88 que seriam entregues ao Estado, não haviam sido enviadas para ele até o momento. Após esta fala, a

89 vice coordenadora chamou para o intervalo. Voltando a plenária, a vice coordenadora retoma o debate.

90 O promotor Gustavo faz um breve histórico sobre as discussões do CIP, chamando a responsabilidade do

91 CMDCA na questão da existência do CIP no Município, que os órgãos executores não poderão tomar a

92 decisão do fechamento ou entrega do CIP para o Estado administrar, sem passar por deliberação deste

93 Conselho. Pontua uma série de soluções para o destino do CIP, pondera sobre a complexidade do tema e

94 a capacitação dos conselheiros para esta discussão, bem como a segurança dos mesmos em tomar uma

95 decisão, pois a própria Promotoria Pública já teve algumas dúvidas em relação ao CIP. Dr. Gustavo

96 pede que acima de ideologias, que se pensem e reflitam sobre que rumos tomar, pensando no

97 atendimento aos adolescentes, sendo que a Promotoria Pública irá exercer seu papel de cobrar do

98 Município e do Estado o cumprimento de seus papéis. Dr. Alvaro coloca sua contrariedade, quanto á

99 redução da idade penal, refletindo as consequências para os meninos que não receberão um

100 atendimento adequado e as consequências para a sociedade. Preocupa-se com a transferência da

101 responsabilidade da administração do CIP para o Estado, pois os adolescentes em situação de internação

102 já sofreram todos os tipos de exclusão, e a retirada destes adolescentes do Município, concretiza-se na

103 perda dos vínculos familiares e comunitários tão importantes para o desenvolvimento dos meninos.

104 Maria Emília de Souza, vereadora, ressalta que enquanto ficamos discutindo e refletindo sobre o destino

105 dos meninos, estes vão crescendo, fala da importância dos debates, mas temos que ser dinâmicos, fala

106 que a Câmara de Vereadores é nula nos debates da política social, e pontua que a municipalização não

107 é a ausência de responsabilidades das esferas de governo e conforme a concepção de governo, a Cidade

108 fica mais humanizada ou não. Em relação aos recursos, coloca que foi fechado um convênio do Estado

109 com a Igreja Católica na ordem de um milhão de reais e a forma ágil que os governos locais se

110 manifestam para fechar convênios para restaurações de espaços, portanto, pontua que, neste sentido,

111 dinheiro não falta. Informa sobre a formação de uma Comissão Especial para tratar dos Direitos

112 Humanos, sendo uma necessidade do(a) cidadão(ã), pois não há um espaço na cidade para discutir estas

113 questões, sendo que a Câmara de Vereadores não trata da defesa dos Direitos Humanos, a comissão de

114 políticas públicas, formada pela vereadora, chamará os Conselhos para as discussões. A conselheira

115 Mariza fala sobre as responsabilidades, se cada um assumisse o seu papel não precisaríamos estar

116 discutindo e fala do não repasse de verbas do Governo Estadual, e coloca da responsabilidade que

117 temos de exigir o que é de Direito. Maria Aparecida, lê os procedimentos elaborados no documento de

118 reivindicação para o Estado. Dr. Álvaro fala que o CIP é horrível, e mesmo assim, quando o menino é

119 atendido no CIP, após uns dias de internamento é visível as mudanças no físico e na saúde do menino. O

120 Sr. Mario fala que em nenhum momento deixou-se de investir no CIP, e a questão de o CIP, sendo

Centro de Internamento Provisório e a internação serem feitas no mesmo local, 121 não está compatível

122 com a Lei. Dr. Gustavo coloca que esta discussão é cínica e a pauta é vencida, questiona novamente, o

123 documento de reivindicação para o Estado e qual a objetividade de estarmos aqui discutindo, se já há

124 uma proposta pronta. O secretário de Assistência Social, esclarece que, o Município paga e o Estado é

125 quem decide quem entra e quem sai no CIP. A estrutura atual não comporta o atendimento, que

126 nenhum outro Município repassa o financiamento. A conselheira Karin, diz que a LOAS (Lei Orgânica da

127 Assistência Social), já garante o repasse de financiamento das esferas do governo, que o Estado assuma

128 sua parte no financiamento e que o CIP seja administrado em nível local. A conselheira Daniela, fala

129 sobre os Programas de Prevenção, que Blumenau não oferece serviços de prevenção, que a Fundação

130 Cultural está se privatizando e pede para que o Município não esqueça da prevenção. Maria Ap. Moraes,

131 coloca a responsabilidade dos Conselheiros de Direitos, em dizer como queremos o CIP e que o

132 CONANDA não define como deve ser, quem administra e em que condições, o CIP vai garantir Política

133 Pública para os adolescentes? Teremos que responder para o Judiciário sobre a segurança, que

134 independente das forças, que nos unimos para decidir sobre o atendimento, não só para recursos, mas a

135 forma de atender. Trazer o Conselho de Assistência Social para a discussão, pois a medida de alta

136 complexidade está contemplada no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Greyce, coloca que o

137 apelo maior do CIP é a estrutura física, esta é a maior dificuldade enfrentada, pois a prática pedagógica

138 está dando certo, inclusive já foi destaque em nível federal. A Assistente Social Cilene levanta a

139 questão se é para ser Centro de Internamento Provisório ou para ser Centro de Internação, pois as

140 propostas pedagógicas são diferenciadas, o que queremos é um CIP ou um Centro de Internamento. Dr.

141 Gustavo informa que há muito tempo o CIP já vem atendendo com Internamento, como uma opção

142 alternativa e dialogada com os envolvidos. Dr. Álvaro respaldado no Estatuto Da Criança e do

143 Adolescente em seu artigo 123, fala da necessidade do Plano Político pedagógico no trabalho com o

144 adolescente. A vice coordenadora chama para que a plenária iniciasse as proposições em relação ao

145 tema. Maria Emília propõe que é preciso chamar para as negociações das esferas do governo, a médio e

146 longo prazo e a elaboração de um projeto, ouvindo os técnicos, para a qualificação e estruturação do

147 espaço de imediato para o atendimento. A vice coordenadora diz que não ficou claro a proposta. Maria

148 Emília responde que a proposta é que o Município apresente as proposições para o CMDCA, e explica que

149 é prioritário, sugerindo que se faça um projeto de modificações emergenciais com os técnicos e os

150 conselheiros. O Sr. Mario explica dos trâmites legais, Maria Emília fala que a Câmara aprova alterações

- 151 no orçamento se for vontade do executivo, pois o mesmo tem maioria na Câmara. Sr. Mario fala que a
- 152 proposta do Município é que as negociações continuarão e enquanto isso, os adolescentes continuarão
- 153 sendo atendidos. A conselheira Mariza pontua a tão falada descentralização, e que o Estado já criou
- 154 toda uma estrutura. Dr. Álvaro coloca que independente do tema CIP, a médio prazo que continue
- 155 sendo administrado pelo Município e a longo prazo que assuma a construção de um novo CIP.
A
- 156 conselheira Salet, sugere que se continue as discussões ampliando os convidados. Maria Emília pontua
- 157 que a questão de financiamento tem que ser negociado constantemente com as esferas do governo, e
- 158 que os técnicos tem a capacidade de apresentar projeto. A coordenadora dos Conselhos, Erica sugere
- 159 que a discussão continue e que seja chamado os dois Conselhos, CMAS e CMDCA e que se elaborem
- 160 moções para as esferas do governo. Dr. Álvaro ressalta que é preciso buscar financiamento em diversas
- áreas, é preciso ter vontade política para fazer o projeto. Maria Emília retoma, 161 sobre a busca de
- 162 recursos, e que o CMDCA é um Conselho fechado, coloca do compromisso do Estado. Conselheira Sônia
- 163 pede que seja respeitada a pauta. Dr. Álvaro sugere que o Conselho delibere para que o Município
- 164 assuma o CIP e as medidas sócio educativas, ou se a partir de sessenta dias irá aprovar que o Município
- 165 não administre mais o CIP. Dr. Gustavo solicita o documento com as reivindicações do Município para
- 166 encaminhar ao Secretario de Segurança Pública do Estado. Maria Emília fala da objetividade das
- 167 propostas e que a médio e longo prazo sejam formadas comissões para debater o assunto. Sr. Mario
- 168 coloca a proposta de aguardar a resposta do Estado para ver as responsabilidades e quem assumirá a
- 169 estrutura física do CIP. A Conselheira Mariza, diz que não podemos esperar mais. A Vice-coordenadora
- 170 propõe chamar plenária extraordinária para continuar as discussões, pois os Conselheiros não teriam
- 171 condições de estar deliberando sobre o tema neste momento. A Conselheira Mariza fala que não
- 172 concorda que o Município mande os adolescentes para outra cidade e que ela sente-se apta a votar. Foi
- 173 colocado para votação, a proposta de realizar uma nova plenária em 08 de julho de 2005 a fim de
- 174 continuar as discussões e os Conselheiros terem um tempo para refletir sobre a questão. A plenária
- 175 aprovou por sete votos a favor e um contra. Nada mais havendo, a vice-coordenadora deu por encerrada
- 176 a reunião extraordinária, da qual eu, Rejane Wilwert, lavrei a presente ata, que depois de aprovada
- 177 será assinada por mim e pelos presentes.
- 178
- 179 [Rejane Wilwert.....](#) _____
- 180 [Maria Aparecida de Moraes.....](#)
-

181	Alexandre Farias.....
182	Daniela Woiciechowski.....
183	Andréa Heidemann.....
184	Karin Z. Gouvêa da Costa.....
185	Sônia R. de Souza.....
186	Darci H. Pereira.....
187	Edna E. E. Gonçalves.....
188	Daniela Domigues P. Nunes.....
189	Neiva de Assis
190	Leila Patrícia Vieira.....
191	Eva Salet Mendes Johann.....
192	Dora Neves Moritz.....
193	Mariza Farias Hoepfers.....
194	
195	Cientes:
196	
197	Nome: Assinatura:
198
199
200